



TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL: CONCEPÇÃO DO ENSINO DE HISTÓRIA

Introdução

O presente trabalho tem por intuito abordar sobre a trajetória do ensino de História, embasado por uma historiografia que aborda sobre essa questão, faremos uma breve discussão acerca do percurso percorrido pela História, desde sua consolidação enquanto disciplina até os dias mais atuais. Mas a priori abordaremos um pouco de como foi implantada a educação no Brasil, para que assim possamos situar a posteriori o ensino de História. Tendo como objetivo analisar o construto da História como disciplina na práxis educacional.

Uma breve História do Ensino de História no Brasil: Metodologias e discussão sobre o processo de ensino

Nem sempre a História se constituiu como disciplina. Isto só viria acontecer quando construção da identidade do país tornou-se prioridade, após a sua independência, e a História passou a ser instrumento ideológico, permeado por escolhas políticas. Como salienta a autora Thais Fonseca (2006, p.37) “É difícil precisar o ensino de História no Brasil antes das primeiras décadas do século XIX, quando se constituía o Estado nacional e eram elaborados os projetos para a educação no Império”. Mas antes de abordar sobre a consolidação da disciplina de História, faz-se necessário mostrar sobre a gênese da educação no Brasil.

A trajetória da educação no Brasil tem início com a chegada da Companhia de Jesus em 1549, para organizar uma atividade de cunho religioso introduzida pela ordem dos Jesuítas, com o padre Manuel da Nóbrega, a fim de catequizar os nativos e difundir sua doutrina católica remanescente da contrarreforma do século XVI. Os colégios

fundados na colônia eram eminentes dessa orientação religiosa e visava formar clérigos e ensinar os nativos e filhos de colonos a ler e escrever, porém essa educação para a classe elitizada era voltada para uma formação acadêmica nas universidades na Europa, enquanto para os nativos a educação ocupava o âmbito da catequização. A partir de 1759 é que os jesuítas deixaram de lado a obra missionária e se volta apenas para elite, fundando os primeiros colégios. O ensino era voltado para a gramática, retórica, humanidades, filosofia e teologia. O contato que os alunos tinham com a História era através de historiadores da Antiguidade Greco-romana. A História, portanto, “... não se constituía, pois, como uma disciplina escolar e tinha, na verdade, função instrumental, com objetivos exteriores a ela.”¹

Esse quadro é modificado com a vinda do Marquês de Pombal, nomeado secretário de Estado (1750-1777). Em seu governo reorganizou a base educacional na metrópole e na colônia depondo os jesuítas, cujo estes expulsos em 1759, da organização educacional e instituindo uma educação laica, seguindo as ideologias do iluminismo a ver como uma forma de modernização e de desenvolvimento, mas ainda mantendo a questão da religião. Em relação às instruções para os professores de gramática latina, grega e retórica em 1759, “o governo recomendava o estudo da História da religião e das Antiguidades gregas e romanas...”²

Salientando que no Império português a História ainda não constituía uma disciplina, tendo papel apenas adicional para que o aluno ingressasse no ensino superior. A educação ainda era apenas voltada para a elite.

A História viria se constitui como disciplina, após a independência do Brasil (1822), onde o sistema de ensino passou por um processo de estruturação. A escola, nesse período, segundo NEMI (2009, p. 12): seria: “... locus privilegiado para formatar a identidade e a cultura brasileira”. Nos anos iniciais após a independência o currículo de História inclui em seu ensino a “História sagrada”, a “História Universal” e a “História Pátria”. Com a constituição 1824, houve uma ampliação das escolas de primeiras letras e com ato adicional de 1834, determinava que às Assembléias Estaduais legislasse sobre o ensino elementar e médio, reforçando, portanto os interesses dos coronéis.

A construção do Colégio D. Pedro II em 1837 foi uma iniciativa de o Império estruturar e formatar o ensino secundário. Nos primeiros anos sua grade curricular esta

¹ FONSECA, 2006, p.39

² Ibidem, p. 41

voltada principalmente para o ensino religioso, mas posteriormente se buscava uma grande curricular mais plural. O ensino de História nesse período estava baseado nos grandes personagens condutores da nação, geralmente membros da elite ou clérigos. Com a criação do Instituto Histórico e Geográfico (1838), teria papel primordial enquanto instrumento ideológico do estado. "... sua missão de elaborar uma história nacional e difundi-la por meio da educação, mais precisamente por meio do ensino de História".³ O ensino de História além de formar a moral dos jovens através princípios cristãos, agora contava com personagens notáveis da História do Império. E assim conciliava Estado e Igreja. A História tornava-se cada vez mais política, nacionalista e enaltecendo cada vez mais a Igreja Católica e o Imperador.

Com o advento da República, 1889, se estabelece a política pública na primeira constituição da República, colocando os ensinos superiores e secundários sob a competência da União e o ensino primário e técnico-profissionalizante sob a competência do Estado. Já nas décadas de 30 e 40, o ensino de História passou a ser o centro das propostas de formação se consolidando assim como disciplina. Os métodos utilizados, mesmo com propostas de mudanças nas metodologias, eram considerados, como fundamental o domínio extenso de conteúdo e pela prática de memorização.

Nos anos 50, houve a consolidação do currículo científico, onde agora seria introduzido as ciências naturais, para a formação das gerações. Esse novo tipo de currículo irá organizar as disciplinas e as especificidades de cada uma delas. Em relação a disciplina de História está passa a "... ter uma função pedagógica mais definida em relação á sua importância na formação política desse elite".⁴

No período Vargas (1930-1945), duas reformas foram implementadas: A Reforma Francisco Campos (1931), que coloca o ensino de História na formação da unidade nacional, portanto, instrumento central da educação política, colocando a História do Brasil e da América como centro do ensino; e a Reforma Gustavo Capanema (1942) que "restabeleceu a História do Brasil como disciplina autônoma e confirmou como seu objetivo a formação moral e patriótica"⁵, com a lei 4.244.

No período que vai de 1945 a 1964, houve a divulgação de teses nacional-populares, pois se buscava cada vez mais democratizar a cultura e para isso seria necessário eliminar o analfabetismo. Essas teses irão ganhar a forma de movimentos

³ FONSECA, 2006, p. 46

⁴ BITTENCOURT, 2009, p.80

⁵ FONSECA, 2006, p. 53

socioeducacionais “com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1961) e a conseqüente possibilidade do uso de novos recursos públicos para escolas particulares”.⁶ Até a década de 70, as diretrizes de História continuaram as mesmas, enfatizando os fatos políticos e as biografias de grandes homens.

Com o golpe Militar (1964), pouco se muda as características do ensino de História, tendo em vista que a História tradicional se adequava aos moldes de um Estado autoritário, na medida em que se mostrava uma sociedade hierarquizada, onde o poder viria de cima para baixo. A história enfatiza “os fatos políticos e as biografias dos “brasileiros célebres”, entre os quais agora figuravam os personagens do novo regime”.⁷ O regime teve preocupação principalmente com a educação cívica, tendo papel importante às disciplinas já existentes: educação moral e cívica e Organização Social e Política Brasileira. Com o Decreto Lei: 692/1971: 1º Grau: História e geografia transformam-se em estudos sociais, essas duas disciplinas perdem suas especificidades e passam a englobar a educação moral e cívica. A junção empobreceu os conteúdos de ambas as disciplinas, pois a ênfase agora estava no civismo.

No final dos anos 70, com a crise do regime militar, é que sentem a necessidade de ocorrer mudanças no ensino de História. Em meados dos anos 80 irá se propor um ensino de História voltado para a análise crítica da sociedade brasileira, abrindo espaço para as classes menos favorecidos como sujeitos da História. O ensino de História, agora teria que se renovar a partir deste novo programa, romper com uma História linear, tradicional, positivista. A História agora será vista pelo viés Marxista, pelas relações sociais, modos de produção, classe dominante e dominada.

Na década de 90 houve mudanças nas tendências historiográficas contemporâneas, com a “Nova História”, principalmente a tendência francesa que ampliava a noção de fonte, indo além da fonte escrita (oralidade, registros sonoros, anúncios, filmes, iconografias, monumentos e etc.) e novos sujeitos foram incorporados á História. Exigindo assim a ampliação das reflexões teóricas e metodológicas.

Desde a publicação dos PCN’s, temas como ética e pluralidade cultural passaram a permear o ensino da disciplina, indicando mais uma mudança. Na LDB (1996) damos destaque para o artigo 26: “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições de diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente de matrizes indígenas, africanas e europeias”. E assim duas leis foram

⁶ NEMI, 2009, p.17

⁷ FONSECA, 2006, p. 56

importantes no que tange ao ensino de uma História plural: Lei 10.639 de 09/01/2003: História e cultura afro-brasileira e Lei 11.645/ de 10.03/2008: História afro-brasileira e indígena.

Conclusão

Mesmo que a disciplina de História em sua essência continuasse com características desde a sua origem, não impediu que professores, autores de livros e elaboradores se preocupassem em que o saber científico e escolar estivessem em sintonia. E partir dessas novas tendências historiográficas tornou-se desejável cada vez mais incorporá-las nos programas curriculares e livros didáticos, como foi o caso da história das mentalidades e da História cotidiano, ambas vistas como inovação no ensino. Com os debates o que era visto como um campo de experimentação passou a representar sinais de mudanças nos paradigmas no ensino de História. Cada vez mais editoras buscam a melhoria das publicações, tendo em vista, a existência de avaliação do livro didático e a vinculação das compras do governo. Aliado a isso veio os Parâmetros Curriculares Nacionais, diretrizes que cada vez mais norteiam as ações no ensino fundamental e Médio.

Feita todas essas considerações acerca da História do Ensino de História, podemos constatar que a História enquanto disciplina, sofreu diversas modificações. No entanto percebe-se que muitos aspectos tradicionais ainda permeiam sua forma de ensino, mas que pouco a pouco está se modificando o cenário de uma História, marcada pela decoreba.

Referências Bibliográficas

NEMI, Ana Lucia Lana. **Ensino de História e Experiências: O Tempo Vivido**. São Paulo: FTD, 2009.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. **História e Ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. "Conteúdos e Métodos de Ensino de História: Breve Abordagem Histórica". **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez, 2009, p.50-95.